

**O “ESCLARECIMENTO SOBRE OS PIRRÔNICOS”
DO *DICTIONNAIRE HISTORIQUE ET CRITIQUE* DE BAYLE**

Marcelo de Sant’Anna Alves Primo

Universidade Federal de Sergipe
Email: marceloprino_sp@hotmail.com

Logo, de todos os Filósofos que não devem de modo algum se submeter a disputar sobre os Mistérios do Cristianismo antes de ter admitido por regra a Revelação, também não são indignos de serem escutados, como os sectários do Pirronismo.

Pierre Bayle, *Dictionnaire Historique et Critique*, “III Eclaircissement”.

O primeiro dos dois volumes da primeira edição do *Dictionnaire* de Bayle, que fora até a letra G, acabara de ser impressa em agosto de 1695, porém não foi posta à venda, algo que só aconteceria com a impressão do segundo volume, juntamente com um índice, em 24 de outubro de 1696. Bayle iria completar 49 anos. O *Dictionnaire* foi a única obra que levou o seu nome – à sua revelia – porém tal fato foi inevitável, devido a uma exigência estipulada pelos Estados da Holanda ao conceder o privilégio a Leers.

Mal saindo a primeira edição, Bayle já pensava e já estava recolhendo material para uma segunda. O êxito do público estimulou os livreiros parisienses a solicitar a autorização para imprimi-lo na capital do reino, o que foi solicitado ao abade Renaudot. Contudo, isto repercutiu tão negativamente que da negação do privilégio por parte do abade à impressão aos livreiros de Paris, o *Dictionnaire* foi proibido em toda a França. Uma indiscrição permitiu que algumas cópias do informe da impressão solicitado à Renaudot circularam por Paris. Uma delas chegara às mãos do abade Dubos - com quem Bayle se correspondera - e ele entregou ao pensador de Carla. Uma outra chegou a Pierre Jurieu – inimigo implacável de Bayle – e como já era esperado, redigiu um panfleto repudiando tanto a obra como o seu autor, e denunciando-o novamente ao consistório de Roterdã. Em contrapartida, Bayle rapidamente redigira uma resposta, comprometendo-se a fazer algumas correções em seu *Dictionnaire*. Era quase que impossível atribuir à obra louvor à impiedade ou heterodoxia, visto que, em parte alguma, Bayle se permitira expor alguma doutrina em um tom dogmático, deixando sempre as questões em aberto, refugiando-se sob uma veste cética que era tão peculiar ao seu pensamento.

A proibição do *Dictionnaire* teve um efeito reverso, pois atiçou ainda mais a curiosidade dos parisienses, e seu êxito foi imenso. A mudança de ares no reino foi

um fator determinante para tal sucesso: um certo relativismo desencantado, anedotas ousadas e um estilo não sistemático suplantariam a pompa e o rigor dos ditos “esprit forts” sua seriedade e dogmatismo característicos. Algo similar estava acontecendo na Inglaterra. No ano de 1698, Bayle conhecera Lorde Ashley – posteriormente Lorde Shaftesbury – que morava em Roterdã, na casa do quaker Furly, amigo de longa data de seu antigo preceptor, John Locke, e ambos descobriram que tinham muitos pensamentos em comum. Bayle não só confiava plenamente nele como o recomendou a um jovem desempregado que fora enviado com cartas de recomendação por Minutoli, Pierre Desmaizeaux – o futuro biógrafo de Bayle. Em decorrência disso, Shaftesbury será o defensor de Bayle em Londres.

Jurieu se contentara em fazer com que o Consistório de Roterdã impusesse a Bayle a fazer algumas alterações em seu *Dictionnaire*, às quais ele se submeteu sem hesitar. O que é curioso é que se por um lado, se tinha a reprovação de Renaudot à Bayle por este se mostrar indiferente em relação aos reformados, o Consistório não aceitava sua inclinação desmedida aos católicos. Nesse contexto, o pirronismo de Bayle conseguiria encontrar o seu lugar.

No final de maio de 1698, foi iniciada a segunda impressão do *Dictionnaire*, a qual passaria de dois para três volumes. Aumentou o número de artigos, novas notas foram acrescentadas, e alguns artigos foram reelaborados – como os artigos “Spinoza”, “David”, os quais fizeram com que Bayle fosse acusado pelo Consistório – que ficaram tão diminutos que quase não se poderia dizer que eram os mesmos artigos da primeira edição. No dia 27 de dezembro de 1701, apareceu a segunda edição – a última Bayle estando vivo, já que morreria em 1706 – incluindo os esclarecimentos que de antemão o filósofo de Carla prometera em um folheto em resposta às exigências do Consistório, no total de quatro esclarecimentos: o primeiro mostrava que investigações levadas a sério as quais mostrariam a existência de ateus virtuosos em nada se opunha à piedade; o segundo afirmava que mistérios como o da existência do mal e o da predestinação, uma vez que são revelados, estão longe do alcance das falsas objeções propostas pelos maniqueus; o terceiro – o qual será o objeto do presente trabalho – retoma a mesma tese, isto é, que os planos da fé e da razão são distintos, porque o tribunal da filosofia não pode julgar nada que seja da alçada do tribunal da revelação; e o quarto e último defende que uma obra histórica deve conter os mais diferentes testemunhos históricos e têm de ser levadas em conta as passagens obscenas muito mais do que se levaria se encontrasse as mesmas passagens em um livro de medicina ou de direito, por exemplo.

No “Esclarecimento sobre os pirrônicos”, Bayle retoma citações e teses já antes exploradas nos vários artigos ao longo do *Dictionnaire*, para demonstrar a ortodoxia de seus adversários, uma vez que estes esbarram na impossibilidade de repudiar a autoridade de São Paulo, e, conseqüentemente, de preferir uma filosofia humana à uma fé simplória alicerçada nos textos sagrados. Nesse sentido, seguiremos aqui uma sugestão de leitura proposta por Anthony Mckenna a respeito da oposição empreendida por Bayle, à luz da questão do fideísmo, entre o racionalismo e uma espécie de “arbitrarismo” por parte de quem crê¹. Mckenna define tal termo como uma espécie de ironia subjacente aos argumentos de Bayle no “Esclarecimento”. Em outros termos, opondo-se ao racionalista, o “arbitrarista” sustenta suas concepções de justiça sabedoria e bondade divinas, por exemplo, não em critérios de julgamento tendo como parâmetro os textos sagrados e a doutrina cristã: ele somente reconhece que o que um deus faz é justo, e por mais injusta que uma punição pareça ao homem, tal punição é merecida devido à condição pecaminosa do homem.

¹ Ver MCKENNA, Anthony. “L’Eclaircissement sur les pyrrhoniens”, disponível em: http://www.vc.unipmn.it/~mori/bayle/papers/McK_eclairc.html

Além do artigo “Pirro” do *Dictionnaire*, vários artigos apontam o que a filosofia pirrônica tem de mais paradoxal.² Dentre eles, a ciência humana várias vezes é colocada em xeque. O exemplo que Bayle dá é dos matemáticos: por um lado, de todas as ciências, as matemáticas são as mais evidentes e as mais certas nos conhecimentos humanos (Cf. “Zenão, o Epicurista”, observação D) e por outro lado, ironicamente chega à conclusão que a matemática demonstra a existência de coisas que são opostas às noções mais evidentes do entendimento. (“Zenão de Eléia”, observação I). Segundo Mckenna, várias vezes tal pirronismo é relacionado à certeza da doutrina cristã. No artigo “Sinergistas” Bayle traz à tona a contenda entre Calvino e Melanchton, insistindo sobre a submissão da razão como meio de manutenção da paz. Porém, nas entrelinhas – e é o que nos interessa aqui – é a formulação por Bayle de um “princípio de tolerância”:

Eis o que todo mundo deveria imitar. Quando mesmo vós provásseis invencivelmente a um predestinador [prédestinateur], que seu Sistema é ligado necessária e inevitavelmente com esta consequência, então Deus é o autor do pecado; vós deveríeis contentar-se com esta resposta *a respeito de sua pessoa*. Vejo tanto como vós a ligação de meu princípio com esta consequência, e minha Razão que a vê não me fornece luzes o bastante para me fazer compreender como eu me engano vendo isso; mas eu não deixo de estar fortemente persuadido que Deus encontra nos tesouros infinitos de sua sabedoria um certo meio de romper esta ligação, um meio, digo, certo e bastante infalível, ainda que me seja desconhecido, e que ultrapassa todo o alcance de minhas luzes. Um Cristão deve se vangloriar principalmente de submissão à autoridade de Deus. Não crer no que se vê deve ser sempre sua divisa, tanto como crer no que se não vê. (BAYLE, *DHC*, “Synergistes”, remarque B, *apud* MCKENNA, p. 2, grifos dele.)

De acordo com essa longa passagem, o cristão reluta em acreditar no que vê claramente, e crê piamente em coisas que não lhe são apresentadas com evidência. Segundo Mckenna “o fideísmo dos *Esclarecimentos* é aqui anunciado e Bayle precisa que é necessário se contentar *a respeito de sua pessoa*” (MCKENNA, p. 2, grifos do autor). Nesse sentido, Bayle sublinha que se deve se contentar com tal resposta em relação à pessoa, impondo-se legitimamente ao patamar da tolerância, tal observação não é satisfatória no que concerne ao âmbito da lógica e da filosofia. (*Id. Ibid.*) Isso equivale a dizer que é mister evitar proferir julgamentos sobre a própria pessoa, por mais errôneas que possam parecer suas opiniões. Nesse sentido, “Bayle evita, assim, abordar a coerência lógica de uma fé fundada sobre o mistério, contentando-se em formular um princípio de tolerância” (*Id. Ibid.*). Contudo, Bayle entende que o mistério é uma característica particular da religião popular. A fórmula elaborada por Bayle na observação H do artigo “Socin”, “eles crêem ou crêem crer” leva à dúvida sobre a capacidade de crer no que não se compreende.

Mas é no artigo “Pirro” que Bayle ironicamente mostra que a relação entre pirronismo e fé é mútua, uma vez que ele ressalta que a força que o pirronismo extrai dos mistérios da doutrina cristã, e vice-versa, é o que Mckenna chama de “caráter propedêutico” do pirronismo que prepara o solo para a fé mostrando a debilidade da razão. (*Id. Ibid.*, p. 3):

² Cf. respectivamente os artigos do *Dictionnaire*, “Anaxágoras”, “Arcésilas”, obs., E, F, H, K, “Ariminius”, obs. E, “Carnéade”, obs. L, “Démocrite”, “Nicole”, obs. C, “Socin”, obs. H, I, L, “Synergistes”, obs. B, “Xenóphanes”, obs. L, “Zénon d’Elée”, obs. E, F, G, H, I, K e “Zénon l’Epicurien”, obs. D. Em seu texto, Mckenna analisa detalhadamente as relações de cada artigo com o pirronismo de Bayle.

Portanto, somente a religião deve temer o pirronismo: esta deve estar apoiada sobre a certeza, seu fim, seus efeitos, seus usos desmoronam logo que a firme persuasão de suas verdades é apagada da alma. Mas, de outro lado, há motivos para sair da inquietude: somente existiu, e somente existirá, um pequeno número de pessoas capazes de serem enganadas pelas razões dos cétricos. A graça de Deus nos fiéis, a força da educação nos outros homens, e, se você quiser mesmo, a ignorância e a inclinação natural a decidir são um escudo impenetrável aos traços dos pirrônicos, ainda que esta seita se imagina que ela é, hoje, mais temível do que o era antigamente. Ver-se-á sobre o quê ela funda essa estranha pretensão (BAYLE, 2007, pp. 151-52).

Além da graça, o hábito e o dogmatismo obstinado servem de arsenal contra o Pirronismo. Ou seja, é preciso se empenhar no que Mckenna chama de “filosofia de elite” (p. 3) e que esta elite filosófica obtém a vitória uma vez que vê o sustentáculo que a doutrina cristã lhe fornece. Nesse sentido, Bayle explica na mesma observação do artigo, pela boca de um abade que ele designa como um “bom filósofo”, os mistérios cristãos da Trindade, Encarnação, Transubstanciação aniquilam toda e qualquer noção basilar de unidade, e no que concerne à moral, o mistério do pecado original destrói as noções elementares de justiça, bondade e honestidade. O pirronismo leva à dúvida em relação à existência de um corpo e um espírito e a admitir que só existem idéias relativas do que é justo ou honesto. Segundo Mckenna, “essa filosofia de elite nos reduz assim ao sem-sentido [non-sens]: todo discurso racional torna-se impossível, e é nesse sentido, afirma Bayle, que ela nos prepara para a fé” (*Id. Ibid.*)³ Entretanto, na mesma observação do artigo, Bayle concorda com La Mothe Le Vayer, entendendo que essa “filosofia da incerteza” nada mais é do que uma via de perdição:

Mas, além de que jamais reconheceram uma causa primeira que os fizesse desprezar a idolatria de seu tempo, é certo que eles não acreditaram nada da natureza divina senão com a suspensão do juízo, nem confessaram nada de tudo o que acabamos de dizer senão duvidando, e somente para se acomodarem às leis e costumes de seu século e do país em que viviam (BAYLE, 2007, pp. 160-61).

Nesse sentido, a fé é reduzida pelo pirrônico a algumas fórmulas incompreensíveis que poderiam ser repetidas a esmo, porém, sendo impossível ter uma idéia precisa das mesmas. Em outros termos, o abade “bom filósofo” mencionado por Bayle demonstrou a seu opositor que sua fé nada mais é do que uma fórmula vazia na qual ele crê ou pensa que crê. Nas palavras de Mckenna, “o pirronismo serviu para revelar a verdadeira natureza da fé – não somente da fé popular, mas de toda fé fundada sobre o mistério.” (p. 4.) Tal posição por parte de Bayle atraiu várias censuras ao *Dictionnaire*, e em 20 de dezembro de 1698, uma decisão do Consistório de Roterdã o levou a redigir o “Esclarecimento sobre os pirrônicos”.

No terceiro “Esclarecimento” de seu *Dictionnaire*, Bayle já mostra o pilar sobre o qual apoiará seus argumentos, ou seja, que os mistérios que um deus propõe aos

³ “É um grande passo em direção para a religião cristã, pois ela quer que esperemos de Deus o conhecimento do que devemos crer e do que devemos fazer, ela quer que cativemos nosso entendimento à obediência da fé.” (BAYLE, 2007, p. 159)

homens só tem uma finalidade: fazer com que eles *creiam* em tais mistérios. Estes não podem ser *conhecidos*, mas são os depositários de uma crença que requer a mais absoluta humildade que pode ser rendida a uma entidade infinita, a qual não engana e tampouco é enganada.⁴ Segundo Bayle, tal discussão sobre a separação entre o que é de ordem sobrenatural, ou seja, a crença, e entre o que é de ordem natural, isto é, a razão, e os respectivos limites de uma e de outra é “a Estrela polar de todas as discussões, e de todas as Disputas, sobre os Artigos de Religião que Deus nos revelou por Jesus Cristo” (BAYLE, *DHC*, t. IV, “III Esclarecimento”, p. 641). Daí, o filósofo já extrai uma primeira conclusão: não é da alçada da Filosofia julgar as controvérsias religiosas sob o crivo da razão, mas somente lhe sendo permitido deixar a resolução – ou pelo, menos a tentativa – para o que Bayle chama de “tribunal da Revelação”.⁵

Para Bayle, a questão de *direito*, isto é, a obrigação de examinar se é necessário crer no que uma divindade ordena a crer, deve ser descartada de cara, e isso para Bayle é um “primeiro princípio da religião”, o qual não pode ser compreendido no âmbito da razão. Segundo o autor, é incumbência dos filósofos metafísicos empreenderem um exame acerca da existência de um deus e se o mesmo nunca erra.⁶ Porém, para os cristãos, ou para autênticos cristãos, isso já é dado *a priori*. O que Bayle quer dizer é que, se por um lado, a razão *julga* por meio de exames, análises e demonstrações, a crença *pré-julga*, ou seja, suas provas já estão demonstradas antes mesmo de qualquer julgamento por meio da razão. Numa palavra, crer no que um deus estipula a crer já se justifica por si só, esvaziando de sentido a necessidade de exames *a posteriori* que têm a intenção de provar o que foi ordenado por uma instância supranatural. Em contrapartida, a Bayle interessa a questão de *fato*, ou seja, se um deus *quer* que o homem acredite nisso ou aquilo. Daí, segundo o autor, dois tipos de pessoas podem formular dúvidas, uns não acreditando que a Escritura tenha algo de divino, enquanto outros não concebem que o sentido da Revelação seja uma coisa ou outra.⁷

Para o pensador de Carla, a disputa dos cristãos converge para um único ponto: se os escritos sagrados foram feitos por pessoas inspiradas em uma divindade. Se o que o Bayle chama de “provas” apresentadas por parte dos cristãos não persuadem os filósofos, tais esferas devem ser separadas, pois seria em vão “empreender um exame particular da Trindade, etc, com pessoas que não reconhecessem a Divindade da Escritura, o único meio de julgar quem tem ou não razão em semelhantes Controvérsias” (*Id. Ibid.*, p. 642). De tal afirmação, pode-se entender que os únicos com capacidade de fazer algum exame mais acurado da santíssima Trindade, por exemplo, são os que *reconhecem, entrevêem* algo de divino nos textos sagrados. É o “princípio comum” das disputas religiosas deve ser tão e somente a “Autoridade revelada”. Nesse sentido, as disputas ficam mais acirradas quando uns rejeitam

⁴ “Antes de tudo, estabeleci como a base deste terceiro Esclarecimento esta Máxima certa e incontestável, que o Cristianismo é de uma ordem sobrenatural, e que sua análise é a autoridade suprema de Deus propondo-nos Mistérios, não a fim de que os compreendamos, mas a fim de que creiamos neles com toda a humildade que é dada ao ser supremo, que não pode enganar nem ser enganado.” BAYLE, “III Eclaircissement,” p. 641. (grifos do autor).

⁵ “Daí resulta necessariamente a incompetência do Tribunal da Filosofia para o Julgamento das Controvérsias dos Cristãos, visto que elas somente devem ser levadas somente ao Tribunal da Revelação.” *Id. Ibid.*

⁶ “Toda Disputa sobre a questão do *direito* merece a rejeição desde a primeira palavra. Ninguém deve ser submetido a examinar se é preciso crer no que Deus ordena a crer. Isso deve passar por um primeiro princípio em matéria de Religião. Cabe aos metafísicos examinarem se há um Deus e se ele é infalível; mas os Cristãos enquanto Cristãos, devem supor que é uma coisa, de antemão, julgada.” *Ib. Ibid.*, p. 641. (grifo meu.)

⁷ “Então somente se trata de uma questão de *fato*, a saber, se Deus quer que acreditemos nisso ou aquilo. Dois tipos de pessoas podem duvidar, uns porque não crêem que a Escritura seja divina, outros porque não acreditam que o sentido da Revelação seja tal ou tal.” *Id. Ibid.*, p. 641. (grifo meu.)

completamente esse princípio, enquanto que, por outro lado, outros o acolhem piamente. Bayle ainda menciona que, se por ventura alguém ainda insistir na negação do princípio da autoridade revelada e afirmar que o nega, basta os religiosos responderem sem hesitar aos pirrônicos que eles se desviaram da questão, a despeito do escárnio dos mesmos.

Contudo, pode-se entrever uma nuance na argumentação de Bayle, a despeito do suposto lugar menor que ele situa os pirrônicos na tentativa de levar à aporia os argumentos dos cristãos quanto às provas da existência, bondade ou a respeito do que um deus manda e desmanda aos homens. O filósofo nos diz: “Logo, de todos os filósofos que não devem de modo algum se submeter a disputar sobre os Mistérios do Cristianismo antes de ter admitido por regra a Revelação, também não são indignos de serem escutados, como os sectários do Pirronismo” (*Id. Ibid.*, p. 642). Segundo Bayle, os argumentos pirrônicos, para serem levados em conta, é desnecessário que os mesmos adotem o critério da revelação para tomarem posição em alguma disputa, devido ao fato de serem pessoas que professam não admitir nenhum indício de diferenciação entre o que é verdadeiro e o que é falso “de modo que se por acaso a verdade se mostrasse a eles, eles jamais poderiam estar seguros de que isso fosse a verdade” (*Id. Ibid.*) E não se contentando em solapar o testemunho dos sentidos, as máximas morais, as regras lógicas e axiomas metafísicos, da mesma forma “esforçam-se também por reverter as demonstrações dos geômetras, e tudo o que os matemáticos possam produzir de mais evidente” (*Id. Ibid.*) Ora, se nesse contexto a figura de um pirrônico é simplesmente passar tudo pelo crivo da dúvida – cética –, sendo reduzido a uma criatura que duvida a esmo, Bayle não perde de vista o fio da argumentação, uma vez que o pirronismo possa ser entendido como, por exemplo, a aplicação da dúvida à sistemas metafísicos – apoiados na matemática – que queiram servir de sustentáculo às demonstrações da existência de um deus. Segundo Bayle, os pirrônicos, uma vez querendo provar a hipótese de que “tudo é incerto”, mostram que em seus próprios argumentos, até a argumentação que utilizam para atacar a incerteza está incluída nela própria, e seria aí, paradoxalmente, que a própria religião se serviria do pirronismo, uma vez que até no “incerto” paira a nuvem da incerteza.⁸

Bayle dá o exemplo de um testemunho de um abade que defendia que o pirronismo encontra sua melhor forma nos argumentos dos próprios dogmas cristãos. E, segundo o autor, isso só seria uma blasfêmia para “as pessoas que não examinaram o bastante o caráter do cristianismo” (*Id. Ibid.*) O exemplo dado por Bayle é o de Jesus Cristo. Seria um equívoco conceber que aquele viesse a favorecer uma seita filosófica em particular, seja direta ou indiretamente, em contenda com outras. Seu anseio foi de outra ordem, isto é, causar uma confusão no seio da Filosofia e mostrar o quão ela é vaidosa. Seu intento com a sua “boa nova” foi de chocar tanto qualquer religião não-cristã como sua própria sabedoria, visando a triunfar sobre os Gentios não usando “nem a Eloquência, nem a Dialética, nem nenhum dos instrumentos necessários a todas as outras revoluções.” (*Id. Ibid.*) Jesus Cristo quisera que tanto seus discípulos como os próprios sábios “se tratassem reciprocamente de loucos” querendo que “seu evangelho parecesse uma loucura aos Filósofos, a Ciência destes parecesse, por sua vez, uma loucura aos cristãos” (*Id. Ibid.*) Nesse entrechoque de “loucuras” tanto por parte dos próprios pupilos de Cristo, por meio da pregação do Evangelho, como da parte dos sábios, por meio da razão, a “loucura” da pregação cristã teria de se sobrepor à “loucura” da sabedoria da palavra, traduzida pelas palavras de Paulo: “Eu destruirei a sabedoria dos sábios, e abolirei a ciência dos doutos” (Isaias, 33,18). Ora, o que se pode entrever quando

⁸ “Eles [os pirrônicos] se perdem em suas próprias sutilezas, e exaltam-se, visto que isso serve para mostrar mais claramente a universalidade de sua Hipótese que tudo é incerto, de que eles não excetuem os mesmos argumentos que ataquem a incerteza.” *Id. Ibid.*, p. 642.

Bayle alude à Paulo é que, se tanto a sabedoria quanto a ausência da mesma estão no mesmo grau de loucura, os critérios de persuadir são absolutamente distintos, uma vez que a razão emprega métodos argumentativos visando a convencer, ao passo que a pregação não só rejeita o emprego da argumentação, como quer destruir qualquer chance de tal argumentação tentar se opor à autoridade da revelação, uma vez que “o que parece em Deus uma loucura, é mais sábio *que a sabedoria de todos os homens*” (*Id. Ibid.*, p. 642, grifos do autor).

Mesmo com o risco de dar margem a objeções feita pelos pirrônicos acerca das argumentações expostas pelos cristãos contra a sabedoria humana, para Bayle os apóstolos continuariam impassíveis, uma vez que deixariam os próprios pirrônicos disputarem entre si, fazendo com que reconheçam a vaidade de seu saber. Com sua postura cética, jamais seriam capazes de conseguirem seu lugar no céu, caso não abram mão de sua sabedoria e se curvem ao pé da cruz, promovendo o “holocausto de seus vãos sistemas” (*Id. Ibid.*, p. 643).

Baseando-se em uma suposta resposta que Paulo daria aos pirrônicos, Bayle mostra que o que a pregação faz é minimizar argumentos *ad hominem* os quais poderiam colocar em xeque a autoridade das verdades reveladas, uma vez que “as preliminares mais necessárias para entrar no reino de Deus fariam esquecer ou colocar de lado, todo esse aparato de falsa ciência” (*Id. Ibid.*).

Segundo Bayle, em todas as épocas foi exigido e sempre será uma exigência que as verdades reveladas sejam conhecidas por outras vias, como por exemplo, a Filosofia. O autor menciona que a mesma não tem o poder de sanar um malefício de um espírito superficial, se se quer que aquela vise ao verdadeiro saber.⁹ Citando um apóstolo, Bayle menciona que se falta sabedoria a algum homem que a peça à divindade, e ser-lhe-á concedida, uma vez que a peça com fé, sem qualquer hesitação.¹⁰ Com tom irônico, Bayle questiona se os pirrônicos, com suas dúvidas acerca de tudo, podendo conduzir à absoluta incerteza com suas proposições e estabelecendo objeções de ordem retórica, se tal postura é digna da graça por meio da disputa.¹¹ O filósofo de Carla aconselha que os missionários do Evangelho da Modernidade devem tratar os pirrônicos como o fizeram seus antepassados, ou seja, tentar adverti-los de evitarem qualquer espírito de contestação, e no caso de animosidade, fazer vir à luz as palavras de Paulo, pois uma vez que as verdades reveladas são minimamente contestadas, é a palavra de ordem reprimir “as loucas questões, genealogias, contenções, debates da Lei, porque elas são inúteis e vãs. Rejeitai o homem herético após a primeira e a segunda admonição” (*Id. Ibid.*, p. 643) “Herético” aqui seria aplicável ao pirrônico, uma vez que este é partidário da “louca” ciência dos homens, e uma vez que não se abstenha de sua postura contestadora, será admoestado e depois rejeitado. Uma outra menção irônica é quando Bayle supõe como seria maravilhoso “ver nossos Tomistas e nossos Escotistas empreenderem converter o Novo Mundo sustentando Teses como na Europa. Por aí tornar-se-iam pobres conversores” (*Id. Ibid.*) A “pobreza” desse tipo conversão seria somente se utilizar de recursos como a eloquência e a dialética para concretizarem seus fins. Uma conversão dita mais vigorosa seria uma que causasse efeitos indelévels no espírito do homem, em nome da diatribe religiosa contra a

⁹ “Todos os séculos, exigiram e exigirão que se busque por outras vias, como as da Filosofia, o conhecimento das Verdades reveladas. De modo algum, a Filosofia cura o espírito superficial o qual se deve ser curado, se queremos que a primeira nos procure a verdadeira sapiência.” (*Id. Ibid.*, p. 643)

¹⁰ “Se a algum de vós falta sabedoria, que peça a Deus que dá a todos liberalmente sem reprovar o que dá, e a sabedoria ser-vos-á dada. Mas que a peça com fé, sem nenhuma dúvida. Porque aquele que duvida é semelhante à onda do mar, que é agitada e levada aqui e ali pela violência do vento. Não é preciso então que aquele imagine que obterá alguma coisa do senhor.” (*Id. Ibid.*, grifos do autor).

¹¹ “Julgai, rogo-vos, se os Pirrônicos, que sempre estão, antes de tudo, em seu elemento, que os esforços que empregam para inventarem razões de duvidar de tudo, levam-nos a encontrar objeções especiosas contra a certeza, são motivos suscetíveis da Graça pela via da Disputa.” (*Id. Ibid.*)

curiosidade particular à sabedoria humana, “pois disputas públicas não mudam ninguém, cada um se retira com as mesmas opiniões as quais tinham” (*Id. Ibid.*, p. 644).

Bayle entende que um cristão que bem conheça a sua religião, não quer vê-la transformada em um montante de aforismos, tampouco refutar por meio da própria razão as dificuldades levantadas pela mesma. Nesse sentido, o filósofo diz que é mister “então que as coisas naturais não sejam de modo algum equiparadas às coisas sobrenaturais” (*Id. Ibid.*) E mesmo que fosse exigido de um filósofo equiparar uma a outra, no máximo exigiriam dele o que a natureza das coisas não permite igualar. Daí Bayle chega à conclusão:

Necessariamente, é mister optar entre a Filosofia e o Evangelho: se vós não quiserdes crer em nada do que é evidente e conforme às noções comuns, tomai a Filosofia e deixai o Cristianismo; se quiserdes crer nos Mistérios incompreensíveis da Religião, tomai o Cristianismo e deixai a Filosofia. (*Id. Ibid.*)

Trata-se de uma opção: uma vez que evidência e incompreensão são excludentes por si mesmos, ou se escolhe a via da Filosofia, que vai para além do que é evidente e contrário ao senso comum, ou se escolhe a via do cristianismo, uma vez que se opte por crer nos mistérios ininteligíveis à razão humana. Bayle insiste no grau de conhecimento que um autêntico cristão tenha de sua doutrina: uma vez ciente do caráter das verdades reveladas as quais são apoiadas nos princípios concernentes aos próprios textos sagrados, triunfará com louvor sobre os giros de retórica filosóficos, principalmente os empreendidos pelos pirrônicos: “a fé o colocará acima das regiões onde reinam os estrondos da disputa” (*Id. Ibid.*) Numa palavra, “todo cristão que se deixa desconcertar pelas objeções dos incrédulos e que se escandaliza, tem um pé na mesma cova que eles” (*Id. Ibid.*)

Se Bayle entende que para o cristão a coisa mais necessária é a fé, é importante também saber o quanto se paga por essa “virtude teologal.” A essência de tal virtude consiste na conciliação do homem, por meio de uma sólida persuasão, com as verdades reveladas, “e pelo único motivo da autoridade de Deus” (*Id. Ibid.*) Segundo Bayle, os que acreditam, por razões filosóficas, na imortalidade da alma, são ortodoxos, porém, ainda participam da fé que até então tem se mencionado. Só aí têm participação por crerem nesse dogma revelado pela divindade e que, “submetem humildemente à voz de Deus tudo o que a Filosofia lhes apresenta de mais plausível, para lhes persuadir a mortalidade da alma” (*Id. Ibid.*) Curioso é constatar que na crença, por meio da filosofia, tais indivíduos já partem de um pressuposto *a priori* característico dos religiosos: a fé está no início e no fim do sistema, uma vez que tudo o que a filosofia permite que eles demonstrem tem de estar submetido ao próprio deus, o mesmo que já lhes revelara o que depois o raciocínio filosófico viera a, pelo menos, tentar demonstrar. Desse modo, o filósofo de Carla entende que a fé, nesse ponto de vista, ganha mais vigor, uma vez que “a verdade revelada que está no objeto ultrapassa todas as forças de nosso espírito.” (*Id. Ibid.*, p. 644) Para Bayle, a fé de maior valor é a que “sobre o testemunho divino abraça as verdades mais opostas à razão” (*Id. Ibid.*, p.645)

Para ilustrar esse pensamento, Bayle se vale de um diálogo entre o Marechal de Hocquincourt e o Padre Canaye. O primeiro diz que pode acontecer o que quer que seja com ele se ele não crer em nada. A partir disso, sacrificar-se-ia à religião sem reservas, não porque aí entenda que tenha mais razão, ao contrário, ele pondera, entrevê menos razão. Contudo, não saberia o que dizer ao padre, crucificando-se

sem ao menos saber o motivo disso. O padre responde que assim é tanto melhor – e Bayle enfatiza que o padre responde em tom ameaçador – isto é, quanto menos se sabe porque se sacrifica, mais devoto é, e que tal ação seria um dom da divindade. Uma vez o homem extirpando de si sua própria razão, ser-lhe-á concedida a graça divina, uma vez que abdicando de sua sabedoria, conservará sua inocência, uma vez que não tem mais razão alguma. Na boca do padre, Bayle menciona que isso só possui caráter divino para os que “*têm o gosto das coisas do céu*”. (*Id. Ibid.*, grifos do autor) Contudo, essa devoção com desconhecimento pleno do que leva à mesma, só prova, segundo Bayle, que “nosso Entendimento não está bastante convencido de sua religião” (*Id. Ibid.*)

Em resposta a essa questão, é mister entrever um princípio comum a todos os teólogos, isto é, o comportamento do espírito, em relação à crença, é absolutamente distinto do comportamento do mesmo em relação às coisas da natureza. O espírito conhece as últimas por demonstração, e acredita nos mistérios, amparando na credibilidade, tais como os milagres feitos por Cristo e seus apóstolos, a crença uniforme de todos os pupilos durante séculos. Por tais motivos, chega-se a uma crença *prudente* na fé que a Igreja propõe a seus fiéis, vendo “*na vida presente os mistérios como enigmas, esperando vê-los evidentemente no céu*” (*Id. Ibid.*, grifos do autor) Bayle cita Tomás de Aquino, quando este na sua *Suma Teológica* dissera que ninguém deve tentar demonstrar os mistérios da religião. E acrescenta que se os padres provaram a fé, não pretenderam que suas razões seguissem a via da demonstração, mas somente que tais razões enveredassem por caminhos seguros que levam o homem a crer nos artigos de fé que lhe são propostos (*Id. Ibid.*) A razão não deve se esclarecer, uma vez que deve ser submetida à fé. Abordando a questão da transubstanciação, Bayle cita uma carta de Pierre de Blois redigida à Pierre, o Diácono, na qual o primeiro diz em relação à transubstanciação a razão contribui, mas é limitada. Só se chega ao âmago da questão pela fé que tem tanta força que fica impossível à razão natural sustentá-la (*Id. Ibid.*) A debilidade da razão é o vigor da fé, a primeira sucumbindo em prol do mérito da última. Bayle ainda continua com o relato da epístola de Blois, entendendo que a razão não quer ser superior à fé, mas a esta se submete espontaneamente (*Id. Ibid.*)

Em um tom provocativo, ainda a respeito da transubstanciação, segundo Bayle, se os católicos substituíssem aquela pela trindade, os protestantes mais ortodoxos ficariam satisfeitos. Mas prontamente, Bayle cita dois protestantes que, ao contrário dos católicos, “são de uma profissão de fé a qual não passa de maneira alguma por uma Escola onde se ensine que é melhor alhures rebaixar a razão e elevar a Fé” (*Id. Ibid.*) E propositalmente, Bayle cita um que é médico e outro que é matemático, ou seja, ambos religiosos e homens de ciência. O primeiro declarou que quando reflete sobre os mistérios da religião, sempre se detém em tais pensamentos à medida que a razão seja bem sucedida nesse ponto. Segundo o médico, existem pessoas que aderem mais fácil a uma crença quando viram o “sepulcro de Cristo e o Mar Vermelho”, mas a ele basta não ter visto de nenhuma maneira nem Cristo nem seus apóstolos nem ter vivido na época de seus pretensos milagres. Numa palavra, “minha fé teria sido involuntária e eu não participaria de forma alguma dessa bênção. *Bem honrosos são aqueles que não viram e creram*” (*Id. Ibid.*, grifos do autor). E o médico, segundo Bayle, acrescenta mais: a despeito das objeções que a razão e a experiência lhe proporcionaram, sua fé permanecera inabalável e que para que a fé se diferencie deve persuadir não somente as coisas que estão unicamente acima da razão, mas do mesmo modo “as que pareçam contrárias à razão e ao testemunho dos sentidos” (*Id. Ibid.*)

A alusão ao matemático é mais breve por parte de Bayle. Ele cita uma obra do mesmo chamada *Theologiae Christianae Principia Mathematica*, na qual se quer mostrar que os princípios da religião não ultrapassam o âmbito da probabilidade,

sendo reduzidos “a cálculos geométricos os graus de sua probabilidade, e aqueles do decréscimo dessa probabilidade” (*Id. Ibid.*, p. 646). Dedicada essa obra a um bispo chamado Bispo de Salisberi, mostra nela que os que o levarão à pira por acusá-lo de reduzir a prováveis os fundamentos de sua religião, desconhecem a verdadeira natureza da fé. Bayle se refere a uma reflexão feita pelo matemático: o único motivo que faz com que os homens enveredem pelo “bom caminho” a despeito de todo e qualquer obstáculo são as recompensas que lhe são prometidas.¹²

Chegando ao final do terceiro “Esclarecimento”, Bayle constata que o número de pessoas que examinam a fundo a natureza da fé divina é mínimo, e que se faz necessário apresentar uma longa série das dificuldades que os dogmas da religião cristã suscitam, a fim de que tais pessoas sejam “retiradas de sua insolência” (*Id. Ibid.*, p. 646) Segundo Bayle, é através de um “vivo conhecimento” dessas dificuldades que se “aprende a excelência da fé, e do benefício de Deus” (*Id. Ibid.*) E, em um mesmo movimento, também se aprende a olhar com reservas a razão e recorrer à graça. Quem não está atento aos embates entre a razão e a fé, e que não levam em conta o poder de alcance das objeções filosóficas, “ignoram uma boa parte que eles têm perante a Deus, e o método de triunfar sobre todas as tentações da Razão incrédula e orgulhosa” (*Id. Ibid.*) Para Bayle, a única maneira de subjugar a razão é fazer com que se saiba que, se a mesma é capaz de estabelecer objeções, não é capaz de solucioná-las e que, em uma palavra, “não é de maneira alguma sobre ela que o Evangelho foi estabelecido” (*Id. Ibid.*) Sendo assim, é nesse sentido que o cristão compreendia que é melhor se resignar a querer raciocinar em matéria de religião, que vale mais perceber que se manter na menoridade do espírito é mais vantajoso para ser devoto, em detrimento da força de penetração e de persuasão do entendimento.

Referências bibliográficas:

BAYLE, Pierre. *Dictionnaire historique et critique*. Quatrième édition, revue, corrigée et augmentée, avec la vie de l’auteur par M. Des Maiseaux. 4 vols. Amsterdam: P. Brunel; R. et J. Wetstein, G. Smith, H. Waesberge; P. Humbert; F. Honoré. (versão fac-símile).

BAYLE, Pierre. Pirro. Tradução P. J. Smith. *Sképsis*, (2007) 2: 149-69.

BOST, Hubert; MCKENNA, Antony. *Les “Éclaircissements” de Pierre Bayle*. Paris: Honoré Champion, 2010.

MCKENNA, Anthony. “L’Éclaircissement sur les pyrroniens”. Disponível em: http://www.vc.unipmn.it/~mori/bayle/papers/McK_eclairc.html.

¹² Na sequência, Bayle cita uma longa passagem em latim do próprio autor. (Cf. *Id. Ibid.*)